



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7305

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Placa de Prata “Alferes José Lopes de Carvalho”

**Autoria:** José Marcos Martins de Freitas

**Data:** 20/12/2005

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 66, de 22/12/2005. Concede a "Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho" ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Regional Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 7M

**Posição:** 65

**Número de folhas:** 08

---

# RESOLUÇÃO Nº 66/2005

Especie: PR  
Categoria: Honraria  
Subcategoria: Placa Prata  
CX: 7M  
Ordem: 65  
nº fls. 06



## 22.12.2005

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2005

AUTOR:

Vereador – José Marcos Martins de Freitas

ASSUNTO:

Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho ao Ministério Público de Minas Gerais, Representado nesta Honraria pelo Diretor de Secretarias de Justiça de Montes Claros.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 20/12/2005
- 2 - Comissão Especial
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - A PROVA FO EM ÚNICA EM 22-12-2005
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_

*1 - 12-2005*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**RESOLUÇÃO N° 66, de 22 de dezembro de 2.005.**


*Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho.*

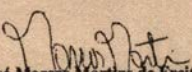
A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1°** - Fica outorgada ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representado nesta honraria pelo Diretor de Secretarias de Justiça de Montes Claros, a Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho, traduzindo todo o reconhecimento deste Legislativo, pelos relevantes serviços prestados a este Município, contribuindo sobremaneira para o cumprimento das leis no exercício de guardião dos interesses dos cidadãos.

**Art. 2°** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de dezembro de 2.005.

  
Vereador - Sebastião Ildu Maia  
Presidente da Câmara

  
Vereador - José Marcos Martins de Freitas  
1° Secretário

VO ENAL NOTAS 24.12.2005



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**RESOLUÇÃO Nº 66, de 22 de dezembro de 2.005.**

*Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho.*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Fica outorgada ao **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, representado nesta honraria pelo **Diretor de Secretarias de Justiça de Montes Claros**, a **Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho**, traduzindo todo o reconhecimento deste Legislativo, pelos relevantes serviços prestados a este Município, contribuindo sobremaneira para o cumprimento das leis no exercício de guardião dos interesses dos cidadãos.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de dezembro de 2.005.

  
**Vereador - Sebastião Hadeu Maia**  
**Presidente da Câmara**

  
**Vereador – José Marcos Martins de Freitas**  
**1º Secretário**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

As Comissões  
24/12/05

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_ / 2.005.

*Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho.*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e por seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Fica outorgado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representado nesta honraria pelo Diretor de Secretarias de Justiça de Montes Claros, a Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho, traduzindo o reconhecimento deste Legislativo, pelos relevantes serviços prestados a este município, contribuindo sobremaneira para o cumprimento das leis no exercício de guardião dos interesses dos cidadãos.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 20 de dezembro de 2.005.

VEREADOR – JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE ESPECIAL  
EM 20 DE DEZEMBRO DE 2005  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
ÔNICA  
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2005  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

## **Histórico do Ministério Público no Brasil**

O **Ministério Público** é fruto do desenvolvimento do estado brasileiro e da democracia. A sua história é marcada por dois grandes processos que culminaram na formalização do **Parquet** como instituição e na ampliação de sua área de atuação.

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 já faziam menção aos promotores de justiça, atribuindo a eles o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam ainda o cargo de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e o de procurador da Fazenda (defensor do fisco).

Só no Império, em 1832, com o Código de Processo Penal do Império, iniciou-se a sistematização das ações do Ministério Público.

Na República, o decreto nº 848, de 11/09/1890, ao criar e regulamentar a Justiça Federal, dispôs, em um capítulo, sobre a estrutura e atribuições do Ministério Público no âmbito federal. Neste decreto destacam-se:

- a) a indicação do procurador-geral pelo Presidente da República;
- b) a função do procurador de "cumprir as ordens do Governo da República relativas ao exercício de suas funções" e de "promover o bem dos direitos e interesses da União." (art.24, alínea c)

Mas foi o processo de codificação do Direito nacional que permitiu o crescimento institucional do Ministério Público, visto que os códigos (Civil de 1917, de Processo Civil de 1939 e de 1973, Penal de 1940 e de Processo Penal de 1941) atribuíram várias funções à instituição.

Em 1951, a lei federal nº 1.341 criou o Ministério Público da União, que se ramificava em Ministério Público Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho. O MPU pertencia ao Poder Executivo.

Em 1981, a Lei Complementar nº 40 dispôs sobre o estatuto do Ministério Público, instituindo garantias, atribuições e vedações aos membros do órgão.

Em 1985, a lei 7.347 de Ação Civil Pública ampliou consideravelmente a área de atuação do Parquet, ao atribuir a função de defesa dos interesses difusos e coletivos. Antes da ação civil pública, o Ministério Público desempenhava basicamente funções na área criminal. Na área cível, o Ministério tinha apenas uma atuação interveniente, como fiscal da lei em ações individuais. Com o advento da ação civil pública, o órgão passa a ser agente tutelador dos interesses difusos e coletivos.

Quanto aos textos constitucionais, o Ministério Público ora aparece, ora não é citado. Esta inconstância decorre das oscilações entre regimes democráticos e regimes autoritários/ditatoriais.

**Constituição de 1824:** não faz referência expressa ao Ministério Público. Estabelece que "nos juízos dos crimes, cuja acusação não pertence à Câmara



dos Deputados, acusará o procurador da Coroa e Soberania Nacional".

**Constituição de 1891:** não faz referência expressa ao Ministério Público. Dispõe sobre a escolha do Procurador-Geral da República e a sua iniciativa na revisão criminal.

**Constituição de 1934:** faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo "Dos órgãos de cooperação". Institucionaliza o Ministério Público. Prevê lei federal sobre a organização do Ministério Público da União.

**Constituição de 1937:** não faz referência expressa ao Ministério Público. Diz respeito ao Procurador-Geral da República e ao quinto constitucional.

**Constituição de 1946:** faz referência expressa ao Ministério Público em título próprio (artigos 125 a 128) sem vinculação aos poderes.

**Constituição de 1967:** faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo destinado ao Poder Judiciário.

**Emenda constitucional de 1969:** faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo destinado ao Poder Executivo.

**Constituição de 1988:** faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo "Das funções essenciais à Justiça". Define as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros. Foi na área cível que o Ministério Público adquiriu novas funções, destacando a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, tutrítico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias ético-sociais). Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de Ouvidoria da sociedade brasileira

#### **Bibliografia consultada**

LOPES, J. A. V. Democracia e cidadania: o novo Ministério Público . Rio de janeiro: Lumen Juris, 2000.

MAZZILLI, H. N. Introdução ao Ministério Público . São Paulo: Saraiva, 1997.

SALLES, C. A. Entre a razão e a utopia: a formação histórica do Ministério Público. In: VIGLIAR, J. M. M. e MACEDO JÚNIOR, R. P. (Coord.). Ministério Público II: democracia . São Paulo: Atlas, 1999.



## **Sobre o Ministério Público Federal**

O Ministério Público Federal (MPF) faz parte do Ministério Público da União, que também é composto pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Juntos, o MPU e os Ministérios Públicos Estaduais formam o Ministério Público brasileiro. O MP é independente, ou seja, não faz parte de nenhum dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. O MPF defende os direitos dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. Atua sempre que a questão envolva interesse público. Também fiscaliza o cumprimento da lei e atua como guardião da democracia.